

Anais

VIII ENCONTRO BRASILEIRO DA REDE ESTRADO

TRABALHO DOCENTE e PNE: desafios à valorização profissional

04, 05 e 06 de abril de 2016

Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria - RS



ISSN:
2219685-4

Santa Maria – RS, Maio 2016

Apoiadores:



BASE NACIONAL COMUM: O ALICERCE DO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO?

Micheli Bordoli Amestoy (UFSM)

micheliamestoy@gmail.com

Natália Borba Possebon (UFSM)

natypossebon@gmail.com

Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto (UFSM)

lcaldeira@gmail.com

Resumo:

Uma das estratégias estabelecidas pelo novo Plano Nacional de Educação (PNE) é a formulação e implementação da Base Nacional Comum (BNC) para melhorar a educação básica. Até o momento, a elaboração e a futura aplicação dessa 'base' é polêmica e divide opiniões entre pesquisadores, docentes, e políticos em todo o país. Porém, não se pode deixar de mencionar a lógica mercadológica que hoje domina a política e a sociedade e que também invade os meios acadêmicos, influenciando a formulação de políticas públicas e a concepção de perspectivas de gestão do Estado e de administração da educação. Independentemente da opinião de gestores e especialistas sobre a elaboração da BNC, é consenso entre eles que um documento dessa natureza terá impacto na formação docente. Futuras transformações no alicerce curricular da educação básica brasileira trará alguns reflexos não apenas no conteúdo a ser aprendido, mas também na orientação da formação inicial e continuada de professores, que demanda um debate com toda a sociedade. Será que a busca da homogeneização curricular associada a uma avaliação educacional regulamentar e sufocante tanto para os alunos e para os professores é a fórmula para promover a educação de qualidade com equidade no Brasil?

Palavras-chave: Currículo, Políticas Públicas, Formação Docente.

INTRODUÇÃO

As Políticas Educacionais são de grande importância para a História da Educação, pois ajudam no processo de compreensão do contexto social e cultural em que são elaboradas, bem como das concepções de educação estabelecidas em um dado período de tempo. Segundo Possolli (2009), as políticas educacionais fazem parte das políticas sociais, juntamente com os fatores saúde, habitação, previdência social, entre outros. As políticas educacionais têm por função reger todas as decisões que dizem respeito às instituições de ensino, em todas as suas modalidades.

O novo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) traça diretrizes e metas para a educação brasileira para a próxima década (2014-2024). Entre suas metas, destaca-se a meta 7, a qual se relaciona com o fomento da qualidade da Educação Básica, do fluxo escolar e da aprendizagem. Uma das estratégias estabelecidas pelo novo PNE é a formulação e implementação da Base Nacional Comum (BNC) para melhorar a educação básica, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, tanto de escolas públicas quanto privadas do país. A proposta de um currículo nacional comum deve ser encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) até junho de 2016.

A proposta preliminar vem sendo discutida por meio de um sistema virtual, permitindo a participação da comunidade escolar e da sociedade civil, que podem oferecer contribuições ao texto. Esse documento deve orientar o debate sobre a elaboração e implementação da BNC, que prevê o que os estudantes brasileiros devem aprender a cada etapa escolar em todo o território nacional.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais (2010) - Base Nacional Comum - significa o conjunto de

“conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas e exercício da cidadania; nos movimentos sociais” (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Art. 14).

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem observar não só a Base Nacional Comum, como também a parte diversificada que prevê que:

“cada sistema de ensino e estabelecimento escolar complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar, perpassando todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso à escola”. (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Art. 15).

Embora prevista na Constituição de 1988 e no Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), a Base Nacional Comum nunca foi implementada, ainda que seja considerada por alguns especialistas como fundamental para o avanço educacional e para a garantia da qualidade do ensino. A BNC, é um texto que teve suas primeiras escritas no ano de 2011, foi arquitetado e pensado por um grupo de trabalho do MEC. Até o momento, a elaboração e a futura aplicação dessa ‘base’ é polêmica e divide opiniões entre pesquisadores, docentes, e políticos em todo o país.

Uma das questões que se apresenta é a não conformidade entre os discursos governamentais, acadêmicos ou da sociedade civil, sobre a criação de uma base curricular nacional. Embora exista uma demanda dos setores acadêmicos, em ampliar esse debate, há também uma forte demanda por parte de esferas governamentais no sentido de estancar (parcialmente) a discussão exercendo seu papel institucional de propor novos caminhos. Porém, tais proposições sinalizam uma operação complexa que necessita levar em conta não só o tamanho como a diversidade de um país como o Brasil.

Diante desse cenário no contexto educativo, se fazem necessárias discussões e reflexões acerca das perspectivas e das mudanças que estão sendo projetadas para a Educação Básica e, conseqüentemente, para a formação dos professores. Além disso, nos leva, também, a indagarmos sobre as possíveis alterações que se direcionam a partir das Políticas Públicas.

BASE NACIONAL COMUM: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

O texto da ‘base’, por ser um documento ainda em processo de construção, é o início para incitar a discussão sobre o currículo que se tem e o que currículo que se quer no Brasil. Porém, dentre os vários desafios a ser enfrentados pela base, destacamos alguns que consideramos serem fundamentais para o prosseguimento e finalização desse documento: como a BNC irá se articular com questões, tais como, a avaliação em larga escala, a produção de material didático e a formação de professores.

Logo após a determinação oficial de uma base nacional comum, é possível inferir que, também, surgirão mudanças nas avaliações nacionais (ANA, Prova Brasil e ENEM)

a fim de adequar no país o que será ensinado, bem como o que será cobrado nestes testes de desempenho.

A emergência de um ‘Estado –avaliador’ é considerada, atualmente, uma nova fase nos desdobramentos do papel do Estado. Em sentido amplo, essa expressão significa que o Estado passou a incorporar “a lógica do mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados e nos produtos dos sistemas educativos.” (AFONSO 2009, p. 49). Isso porque a implementação de mecanismos de um “quase-mercado” educacional, concretiza a remodelação do papel do Estado na condução das políticas públicas e o fortalecimento nas formas e estratégias de controle educacional. A expressão ‘Estado-avaliador’ está intrinsicamente relacionada com o fortalecimento de referenciais neoliberais, representados pela adesão de medidas tanto políticas quanto administrativas adaptadas às leis do mercado e a responsabilização dos resultados alcançados pelos sistemas educacionais. Porém, não se pode deixar de mencionar a lógica mercadológica que hoje domina a política e a sociedade e que também invade os meios acadêmicos, influenciando a formulação de políticas públicas e a concepção de perspectivas de gestão do Estado e de administração da educação.

Segundo Sander (2005), as palavras-chave que caracterizam a atual proposta da administração educacional brasileira são: *eficiência econômica, competitividade e lucratividade, descentralização e privatização, qualidade total, padrões internacionais e avaliação de desempenho*. O seu objetivo declarado é atingir elevados padrões de qualidade institucional e desenvolvimento humano, para garantir a competitividade na nova sociedade do conhecimento. Diante disso, é de se pensar se não estamos deixando de lado o exercício da administração educacional e estamos nos encaminhando para uma administração gerencial – na busca de desempenhos que garantam a sonhada qualidade de educação.

Tendo em vista uma unificação curricular, os sistemas de avaliações nacionais irão ganhar ou perder força? Será que insistir na padronização do ensino, vai ser suficiente para abrandar a injustiça social no cenário brasileiro? Será que a busca pela homogeneização curricular, associada a uma avaliação educacional reguladora e sufocadora tanto para alunos quanto para professores (redução da autonomia docente) é a fórmula para promover uma educação de qualidade com equidade?

Com a proposta de um currículo comum nacional, se desenha, também, um novo futuro para a produção de materiais didáticos no país, onde os sistemas de apostilamento exercerão, juntamente com os sistemas de ensino das grandes corporações, grandes pressões para a elaboração e distribuição de apostilas da base nacional.

Na visão de AFONSO (2009) o que estamos vivendo na educação hoje se trata de um novo darwinismo social que tem na avaliação um dos pontos centrais das reformas da administração pública atualmente em ascensão em muitos países. A adoção de critérios de qualidade pautados em processos de avaliação como é o caso do PISA, tem sinalizado para o fato de que esses sistemas de avaliação têm se tornado a porta de entrada e o celeiro de políticas ou sistemas formais de accountability, o que tem sido chamada pelos autores SCHNEIDER e NARDI (2015) de “nova gestão pública”.

Independentemente da opinião de gestores e especialistas sobre a elaboração da Base Nacional Comum, é consenso entre eles que um documento dessa natureza terá impacto na formação docente. Para Moreira (2007),

[...] os conhecimentos pedagógicos [disciplinares] norteadores das decisões curriculares podem inscrever certa seletividade no modo como os docentes pensam, sentem e falam sobre os estudantes. Podem orientar seus discursos no sentido de classificar a criança, construindo-se um espaço em que a criança jamais pode ser uma criança “padrão”, “normal” (p. 287).

A formação de professores vem sendo discutida e destaca-se os Decretos nº 2.306/1997, nº 3.860/2001/ e, atualmente, o Decreto nº 5.773/2006, que flexibilizam a estruturação da educação superior no país e, como decorrência, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como seu parâmetro básico. Tais Decretos incidiram, substantivamente, na organização acadêmica, com desdobramentos efetivos na formação de professores.

Ao levarmos em consideração que as movimentações e os processos de mudanças na agenda da educação refletem nas instituições de educação superior e na formação de professores, se torna pertinente fortificarmos essa reflexão acerca das próximas possíveis e importantes mudanças que se projetam a partir da implementação da BNC. Os cursos de formação de professores, baseados na legislação vigente, sinalizam, ao mesmo tempo, para uma parte comum e outra diversificada. Assim, acredita-se na necessidade de maior

convergência nas orientações e diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura, com realce para a base comum nacional, no sentido de estimular concepções norteadoras, construídas a partir da complexa relação educação e diversidade e não como padronização curricular.

Outro ponto que consideramos importante ressaltar é a importância de um olhar crítico e incentivador para os cursos de formação continuada que contemplem essas demandas. Diante dessas mudanças no contexto educativo, movimentadas pela BNC, a formação continuada vista como estratégia para a melhoria permanente da qualidade da educação, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca do aperfeiçoamento técnico, ético e político tornam-se - ainda mais- essencial.

CONCLUSÕES

Na atual conjuntura brasileira, após a aprovação do novo PNE (2014-2024), surgem momentos para refletir e rediscutir o currículo na tentativa de desmitificar o dilema que existe entre um currículo único ou desigualdade social, regulação escolar ou autonomia escolar. É preciso refletir sobre as relações existentes entre o mercado e as forças que esse exerce sobre as 'bases', guiado pela ideia da privatização da educação.

É possível pensarmos que com uma base nacional comum obrigatória em âmbito nacional, está criada uma base 'mercadológica' para a atuação de empresas de avaliação, assessorias e consultorias, além de produtoras de material didático em grande escala nacional. Será que o que está havendo neste momento é um posicionamento de mercado, com interesses muito mais econômicos do que educacionais?

Seria então a Base Nacional Comum a solução para atender as demandas por qualidade e equidade da educação brasileira? Consideramos que banalizar a ideia de comum (universal) ou para todos, não pode ser simplesmente tomada como a resposta para todos os problemas e entraves da educação.

A 'base' resumidamente significará que qualquer aluno, em qualquer estado, em qualquer município, em qualquer escola, tenha o mesmo direito de aprendizagem e se mudar de um estado para outro, tenha o mesmo currículo. Consequentemente essas futuras transformações no alicerce curricular da educação básica brasileira trará alguns reflexos não apenas no conteúdo a ser aprendido, mas também na orientação da formação inicial e continuada de professores, que demanda um debate com toda a sociedade.

Partindo da ideologia de Paulo Freire, que coloca o aluno como o centro do processo educacional, idealizamos que esse processo de transformação no cenário educacional do Brasil contribua para as melhorias que o contexto tanto carece. Para Freire (1991, p.44-45):

(...) não há prática educativa sem conteúdo, quer dizer, sem objeto de conhecimento a ser ensinado pelo educador e apreendido, para poder ser aprendido pelo educando. Isto porque a prática educativa é naturalmente gnosiológica e não é possível conhecer nada a não ser que nada se substantive e vire objeto a ser conhecido, portanto vire conteúdo. A questão fundamental é política. Tem que ver com: que conteúdos ensinar, a quem e a favor de que e de quem, contra quê, como ensinar. Tem que ver com quem decide sobre que conteúdos ensinar, que participação têm os estudantes, os pais, os professores, os movimentos populares na discussão em torno da organização dos conteúdos programáticos.

Dessa forma, reitera-se a importância de adequar a formação inicial e expandir e qualificar a formação continuada a partir das mudanças que a Base Nacional Comum desencadeará. Os conteúdos a serem trabalhados serão pré-estabelecidos, entretanto, ainda sim, cabe a nós, educadores, estabelecermos o caminho a ser seguido, tendo em vista a mesma finalidade e objetivarmos a aprendizagem dos educandos.

Até o momento, temos muito mais dúvidas do que certezas com relação a essa nova mudança no cenário da educação básica brasileira, porém, algumas inquietações são inevitáveis. Com todos os problemas existentes na educação do Brasil, será que articular todo o currículo da educação básica a partir de uma base nacional comum, que implicará em futuros gastos com trocas e reformulações de materiais didáticos, processos avaliativos e cursos de capacitação de professores serão suficientes para melhorar a educação brasileira? É disso que precisamos? Será esta uma tendência mundial, uma vez que países como os EUA e a Austrália têm adotado um currículo nacional comum? Será que seguiremos o mesmo caminho e vamos ter os mesmos - controversos- resultados?

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas avaliativas e accountability em educação: subsídios para um debate ibero-americano. *Sísifo*, Lisboa, n. 9, p. 57-69, maio/ago. 2009.
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. 1996.
Disponível:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907>.

Acesso em: 19 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.

Resolução Nº 4, de 13 de Julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf> Acesso em 20 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, 2014. Plano Nacional de Educação, Brasília: MEC/SASE, 2014. Disponível em:

< <http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1991.

MOREIRA, Antonio F. B. A importância do conhecimento escolar em propostas curriculares alternativas. Educ. rev. [on line], Belo Horizonte, v. 45, p. 265-290, jun. 2007.

POSSOLI, G. E. Políticas educacionais e seus agentes definidores: pressupostos para a definição de políticas para a educação profissional Educação Profissional: Ciência e Tecnologia volume 3, número 2, p. 237-247, jan./jun. 2009.

SANDER, Benno. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO. Linhas Críticas, Brasília, v. 11, n. 20, p. 41-54, jan./jun. 2005.

SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. Accountability em educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do Estado-Avaliador? ETD. Educação Temática Digital, v. 17, p. 58-74, 2015.